



(da Comissão de Finanças e Tributação)

O conhecimento dos fundamentos técnicos que orientam a decisão de política econômica referente à devolução de recursos pelo BNDES ao Tesouro Nacional é relevante em razão das implicações que uma medida desta natureza pode produzir sobre a capacidade de financiamento do Banco de Desenvolvimento.

Esta decisão assume uma relevância ainda mais expressiva em razão do longo período recessivo atravessado pela economia brasileira. Ambientes macroeconômicos com esta configuração demanda, como atuação prioritária de um banco público de desenvolvimento, políticas orientadas à concessão de novos financiamentos e ou a renegociação de condições de crédito já concedidos para empresas não financeiras.

Atenção especial deve ser reservada àquelas empresas intensivas em mão de obra e cujos setores passam por situação econômico-financeira marcada por forte adversidade, evidenciada por expressivo grau de endividamento das firmas, no limite, por capacidade de geração de lucros insuficientes para cobrir o pagamento de juros.

Cabe ressaltar que recessões, quando conjugadas com expressivo grau de endividamento de empresas não financeiras, tornam ainda mais lenta a retomada dos investimentos, a ampliação do número de emprego e o crescimento da renda real das empresas e das famílias.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2016.

Deputada **SIMONE MORGADO**
Presidente